



Madeira, Beach of Funchal



H. P. 114 - Madeira, Funchal (praia), Engenho



Madeira, Funchal, Rua de Ferro



ANUÁRIO

N.º 5 • 2013

NOTAS DE LEITURAS



ANUÁRIO 2013

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

ISSN: 1647-3949, FUNCHAL, MADEIRA (2013)

PP. 418 - 434

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

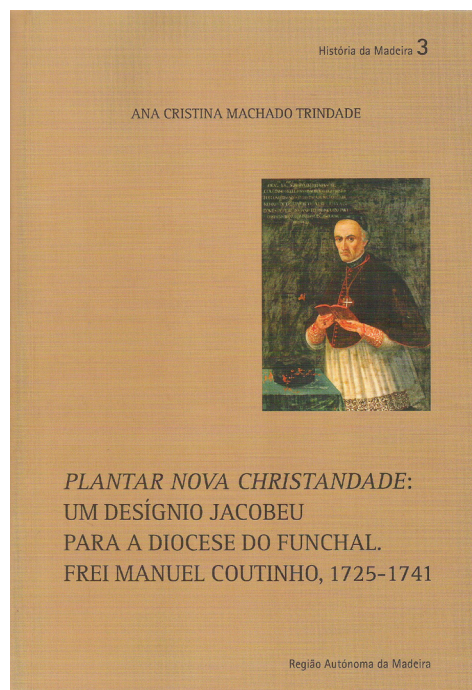
TRINDADE, ANA CRISTINA
MACHADO, 2012,

**PLANTAR NOVA CHRISTANDADE:
UM DESÍGNIO JACOBEU PARA A
DIOCESE DO FUNCHAL. FREI MANUEL
COUTINHO, 1725-1741**

Funchal, Direcção Regional
dos Assuntos Culturais

Ana Madalena Trigo de Sousa

Centro de Estudos de História do Atlântico



A obra em apreço é o resultado de uma dissertação de doutoramento, submetida à Universidade da Madeira e devidamente aprovada em Junho de 2011. No seu todo constitui um importante contributo para a história religiosa da Madeira do século XVIII e, de igual modo, para a história da relação de poderes entre a Igreja e as demais instituições com jurisdição no universo insular. O ponto de partida para esta investigação foi uma fonte, praticamente desconhecida até agora, intitulada *Memórias dos Acontecimentos Ocorridos no Episcopado do Bispo do Funchal D. Frei Manuel Coutinho (1725-1738)*, um texto longo, de autor desconhecido e que terá sido elaborado por volta do ano de 1737¹. Este documento registou os acontecimentos e, so-

bretudo, os problemas que marcaram o episcopado de D. Frei Manuel Coutinho, um bispo que preconizava a corrente da Jacobeia, uma corrente de pendor reformista da vida religiosa numa altura de crise de valores na prática do catolicismo marcada pela dissolução dos costumes e por formas de devoção menos consentâneas com a virtude e com a elevação moral.

A Autora justifica, plenamente, a sua focalização nesta fonte e no seu protagonista, o bispo do Funchal D. Frei Manuel Coutinho, pela inexistência, no âmbito da historiografia sobre as figuras dos bispos da Madeira, de um estudo “sobre um titular da mitra do Funchal que procurasse analisar os pressupostos ideológicos que presidiram ao desenvolvimento do seu programa de intervenção, as circunstâncias específicas em que foi exercido o poder episcopal, os obs-

1 Documento anexo a esta obra, em CD e no formato pdf.

táculos que a realidade insular foi interpondo àquele que seria o desejado percurso da sua acção, ou aos resultados finais da acção governativa do prelado” [p.16]. Para a realização deste estudo, a Autora estabelece, de forma precisa, os seus objectivos e a metodologia concebida para a sua concretização. Com a noção de que o segundo quartel do século XVIII é um período pouco estudado na história da Madeira, Ana Cristina Trindade, estruturou o seu trabalho em torno de dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, o estudo do próprio D. Frei Manuel Coutinho, da sua pessoa, do seu percurso, ideário e episcopado; em segundo lugar, uma análise detalhada do impacto do espírito reformista de D. Frei Manuel Coutinho no funcionamento da diocese do Funchal, um território pleno de *“jurisdições, posturas, premissas e interesses divergentes”* [p.17]. Em termos metodológicos, foi observado um conjunto de procedimentos, a saber: o levantamento e análise de toda a informação disponível sobre D. Frei Manuel Coutinho; a compreensão dos motivos que levaram à escolha deste prelado para a Diocese do Funchal num contexto em que se teria procurado dar uma nova feição às dioceses nacionais, privilegiando-se a nomeação de bispos reformadores e atentos mais às questões espirituais e doutrinárias do que às questões políticas; finalmente, o cruzamento dos dados, isto é, da informação contida na fonte primordial com toda a restante documentação, também de natureza eclesiástica, com a finalidade de um melhor esclarecimento da vida religiosa e eclesiástica da diocese do Funchal, e, de igual modo, o cruzamento com a informação gerada pelas instituições opositoras à acção de D. Frei Manuel Coutinho, em concreto, a câmara municipal do Funchal e a provedoria da fazenda real.

Esta obra encontra-se dividida em três partes: a primeira parte dedicada ao personagem em si e ao seu enquadramento histórico; a segunda sobre os problemas que afectavam o governo da diocese do Funchal; uma terceira e última parte, incidindo sobre as estratégias de solução para esses mesmos problemas.

Na primeira parte, a Autora começa por nos revelar a possível biografia de D. Frei Manuel Coutinho, nascido no concelho de Soure, em 1673, atendendo à parcimónia das informações sobre o protagonista até ao momento em que se tornou bispo do Funchal. Para nos ajudar a perceber as razões da sua nomea-

ção, Ana Cristina Machado Trindade, faz uma análise pormenorizada sobre os pressupostos que o poder real tinha em atenção aquando da indigitação de um bispo e verifica como o caso de D. Frei Manuel Coutinho esteve perfeitamente inserido no espírito de uma época que atribuía grandes responsabilidades aos bispos, a quem se exigia o cumprimento da missão de implantar melhores práticas religiosas junto dos crentes. O que representava a Diocese do Funchal naquela altura? Segundo a Autora, um pequeno bispado com quarenta e duas paróquias, nove colegiadas, uma das quais no Porto Santo, um seminário, três conventos femininos, todos de clarissas e localizados na cidade, quatro de franciscanos, no Funchal, Calheta, Santa Cruz e Câmara de Lobos, um colégio da Companhia de Jesus, também no Funchal, e, obviamente, uma Sé, com o respectivo cabido [p.36]. Nesse pequeno bispado existiam quarenta e quatro mil almas, das quais trinta e oito mil seriam praticantes e as restantes só o diziam ser; a par disso, a escassez do número de sacerdotes e a *“aspereza orográfica”*, faziam desta diocese um desafio para qualquer bispo com intuítos reformadores. Além de trazer um conjunto de colaboradores da sua confiança, D. Frei Manuel Coutinho teve a particularidade de vir munido de uma carta, a par dos alvarás da praxe, destinada ao governador. Essa carta continha um conjunto de instruções sobre a forma como o rei desejava que o governador tratasse o bispo. Na perspectiva da Autora, a atitude do monarca revelava a primazia que, entre todos os agentes da Coroa, atribuía aos bispos [p.51] e, simultaneamente, um cuidado para que não se repetissem os acontecimentos que tinham marcado o episcopado anterior, onde o clima de conflitualidade entre o governador e o bispo fora constante [pp.52-53].

Os problemas que D. Frei Manuel Coutinho teve de enfrentar, constituem a segunda parte deste livro. Da leitura da fonte principal, a Autora identificou um conjunto de problemas com os quais se deparou o protagonista que teria tentado *“transformar uma diocese desorganizada numa circunscrição bem estruturada, dotada de um clero dedicado e eficiente, e de um rebanho doutrinado e temente a Deus”* [p.66]. O diagnóstico da situação fora efectuado na Pastoral de 29 de Setembro de 1725, logo após a sua chegada ao Funchal, em Julho desse ano. Os problemas identificados e minuciosamente descritos pela

Autora eram abrangentes e profundamente intrincados na vivência insular. Em primeiro lugar, os de natureza espiritual. A sua existência relaciona-se com o complexo problema da doutrina, ou seja, da falta de esclarecimento dos fiéis que os levava a práticas pouco correctas. Como é que a Igreja podia transmitir uma mensagem que se desejava reformista? Neste ponto, entra o problema do clero existente caracterizado como ignorante e incumpridor dos seus deveres para com os fiéis. Para além disso, ter-se-ia revelado contrário aos pressupostos do novo bispo. Os exemplos que a Autora nos dá, do cónego Bartolomeu César de Andrade e das freiras do convento da Encarnação, revelam uma discordância, assumida de forma frontal, face aos intuitos reformistas de D. Frei Manuel Coutinho. A existência de problemas económicos revela o quotidiano de uma população que não podia cumprir os preceitos religiosos em virtude dos escassos recursos de que dispunha. Por seu turno, os problemas identificados como sendo de ordem material relacionam-se com estado de pouco asseio e decência em que se encontravam as igrejas e as próprias alfaias de culto. Um bispo com as intenções de D. Frei Manuel Coutinho acabaria por entrar em conflito com as instituições locais. No âmbito dos problemas de relacionamento institucional, a Autora destaca as dificuldades com a câmara municipal do Funchal e com a provedoria da fazenda real. Segundo a Autora, o município funchalense foi a instituição local que mais afrontou o bispo, em defesa de um estatuto privilegiado com o qual podia sustentar as suas clientelas por via do provimento dos benefícios eclesiásticos mais proveitosos. Em relação à provedoria da fazenda real, a conflituosidade derivou da situação de dependência dos prelados em relação aos provedores da fazenda, pois eram estes que tinham a responsabilidade de assegurar o pagamento, por via do erário régio, dos eclesiásticos.

Perante um cenário tão complexo, quais as estratégias de solução adoptadas pelo bispo D. Frei Manuel Coutinho? De acordo com a Autora, são possíveis de identificar as principais estratégias de solução, em concreto, a reforma de clero cujas habilitações passariam a ser precedidas de *“exactíssimas informações sobre o génio, capacidade, costumes, ocupações e companhias”* [p.298]; a realização de visitas pelo território da diocese do Funchal para vigiar a implementação das suas medidas reformistas; a

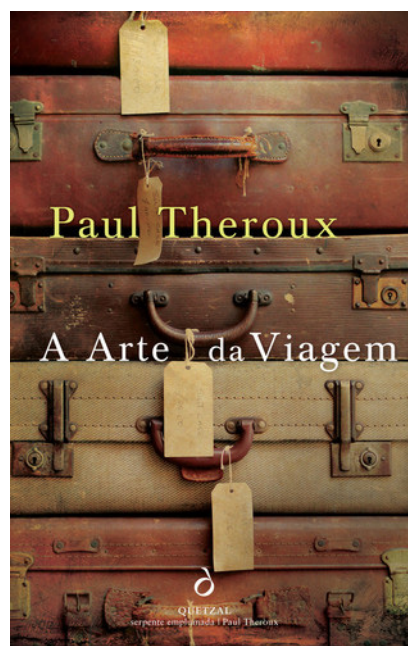
promoção de actividades de missionação e pregação por toda a diocese; a introdução de práticas devocionais tendentes à adopção de uma espiritualidade de pendor intimista e jacobeu; por último, a reforma do território da diocese com a criação de novos lugares para curas com a finalidade de melhorar o acesso dos fiéis à prática religiosa e de reajustar a assistência da rede paroquial a uma população numerosa, muito dispersa e vivendo em locais de difícil acesso.

Um episcopado de características marcadamente reformistas, devidamente dirigido por um prelado que nunca hesitou em adoptar a via do confronto com os poderes locais para conseguir implementar aquilo que entendia como o mais adequado para a Igreja e para os fiéis, não poderia acabar da melhor forma. D. Frei Manuel Coutinho acabaria por regressar ao reino, muito doente, e deixando um considerável conjunto de inimigos na diocese do Funchal. Com este estudo de Ana Cristina Machado Trindade, de um rigor e minúcia quase cirúrgicos, foram aprofundados os conhecimentos disponíveis sobre o arquipélago da Madeira do século XVIII, no domínio da sua história religiosa, política e social.

THEROUX, PAUL, 2012,
A ARTE DA VIAGEM
ILUMINAÇÕES DE VIDAS NA ESTRADA

Lisboa, Quetzal Editores, 376 pp.

ISBN: 9789725649626



Cláudia Faria

Paul Theroux nasceu nos Estados Unidos em 1941. Frequentou as Universidades do Maine e Massachusetts e viveu durante alguns anos, em Itália, no Malawi e em Uganda onde deu aulas de Inglês.

Em Junho do ano passado lançou esta obra cujo título original é *The Tao of travel*. O livro, editado pela Quetzal em Portugal, inicia com um **Prefácio: a Importância de Alhures**, seguido por três subcapítulos:

- **A viagem em poucas palavras**
- **O umbigo do mundo**

nos quais o autor se baseia nos seus anteriores trabalhos e,

- **Os prazeres dos Caminhos de Ferro**

onde o escritor faz a apologia deste meio de

transporte sustentando que *as viagens de avião são todas iguais; as jornadas ferroviárias são todas diferentes*. (p. 45)

Em seguida, Theroux transforma esta sua obra num almanaque de citações e conselhos pessoais para o viajante – sim, porque aqui estamos assumidamente perante um viajante e não um turista] que é acima de tudo um conhecedor do lugar e das pessoas. Alguns dos nomes escolhidos foram Henry Fielding, Samuel Johnson, Robert Louis Stevenson, Claude Lévi- Strauss, entre outros.

Partindo da noção de que viajar é uma metáfora da própria vida/existência – *a narrativa de viagem é a mais antiga do mundo* (p. 8) - e, tendo por base os ensinamentos de Buddha quando nos diz que “You cannot travel the path before you have become the

path itself”, Theroux discorre sobre toda uma filosofia latente à viagem, centrando-se, todavia, na sua própria perspectiva.

Em capítulos curtos, o autor observa a vida na estrada [life on the road: relembrando Kerouac] notando que até mesmo o imprevisível se poderá tornar deslumbrante, confirmando assim as palavras do poema de Phillip Larkin quando nos diz que na viagem a estranheza faz sentido. (p. 10)

No capítulo final – **o essencial da viagem** – o professor americano fornece uma lista com dez conselhos que considera fundamentais:

1. Sair de casa
2. Ir sozinho
3. Viajar leve
4. Levar um mapa
5. Ir por terra
6. Atravessar a pé uma fronteira nacional
7. Fazer um diário
8. Ler um romance que não esteja relacionado com o local onde está
9. Se tiver telemóvel, evitar usá-lo
10. Fazer um amigo

Num misto de filosofia e de apontamentos íntimos e pessoais, algumas vezes recheados de humor, Paul Theroux, aborda muitas das temáticas centrais da literatura de viagens, deixando no ar a seguinte reflexão:

Uma intensa experiência de viagem nem sempre é uma experiência prolongada. D. H. Lawrence passou dez dias com a mulher na Sardenha e escreveu um livro volumoso acerca disso. Kipling esteve umas horas em terra em Rangun e nunca foi a Mandalai, tema do seu famoso poema. Ibn Battuta viajou por todo o mundo muçulmano do século XIV e Marco Polo esteve vinte e seis anos na China. É necessária uma longa viagem para a vividez da experiência?

Teria, afinal, Emily Dickinson razão quando afirmou que,

There is no frigate like a book/ to take us lands away.

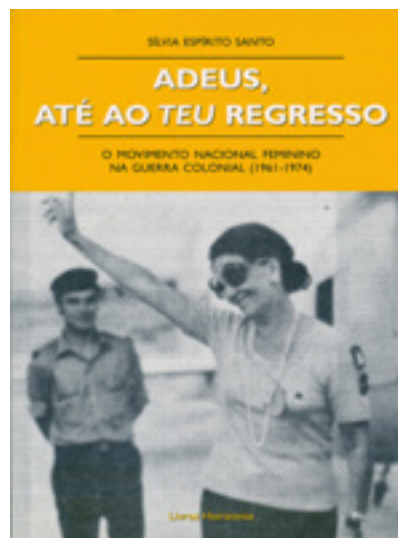
SANTO, SÍLVIA ESPÍRITO, 2003

**ATÉ AO TEU REGRESSO.
O MOVIMENTO NACIONAL FEMININO
NA GUERRA COLONIAL (1961-1974)**

Lisboa, Livros Horizonte, 120 pp.,

ISBN: 972-24-1224-8

Graça Alves



Paráfrase do que diziam os rapazes quando partiam para o Ultramar, “Adeus até ao meu regresso”, a autora dirige, nesta obra – fruto da sua dissertação de Mestrado sobre Mulheres – o seu olhar sobre o Movimento Nacional Feminino, a organização de mulheres que tentou acompanhar os militares, neste particular, durante a Guerra Colonial. O lema da organização “Por Deus e pela Pátria” ilustra o sentimento nacionalista que se vivia na altura. Apesar de ser conhecido sobretudo pela secção das madrinhas de guerra, a verdade é que o Movimento abrange muitas outras áreas de intervenção, distribuídas por mais de 20 secções que a autora explora no capítulo III. Ao longo de seis capítulos – 117 páginas, percorre-se, assim, aquilo que foi a vida deste Movimento, da sua “missão” e do seu papel, enquanto “Correia de Transmissão” do poder ditatorial e da sua propaganda (:9).

Depois de uma abordagem ao tema – a Guerra

Colonial – e à génese desta “necessidade” de defender Portugal – a autora refere-se à mobilização das retaguardas, feita pelas mulheres que viam partir os mancebos. Elas revestem-se da imagem de “cuidadoras”, cabendo-lhes “o amparo moral, a partilha das alegrias e tristezas, a representação do conforto” (:13).

Na Introdução, são apresentadas as dificuldades para o estudo desta “História do Tempo Presente” (:15). Depois, é feito um balanço da historiografia existente e da panóplia de documentos ainda quentes de memórias, assim como a análise das fontes orais necessárias para um trabalho deste género. Por outro lado, é discutida a inevitável interação entre as memórias individual e coletiva, entre o privado e o público, entre o confronto das histórias de vida e os documentos oficiais que a História guardou.

Posto isto, a autora dedica o 1º Capítulo à “Última Organização de Mulheres do Estado Novo”. O

facto das suas dirigentes usufruírem de ligações íntimas com o poder, a atuação deste Movimento – publicamente assumido como independente do Estado – *pontificava uma linguagem clerical e “patrioteira”, camuflada na prática da caridade* (:19) que a Escola, a Mocidade Portuguesa Feminina e a Igreja haviam veiculado na educação das mulheres. Deus, Pátria, Família eram os “seus” valores. Daí que, quando a guerra se iniciou, elas *cuidaram como mães, rezaram e deram apoio moral como boas católicas* (:21).

Foi este o contexto da “Razão de ser do Movimento” – título do capítulo II. No artigo 1º dos seus estatutos, o MNF – que não se assumia como organização política – destinava-se a *congregar todas as mulheres portuguesas interessadas em prestar auxílio aos que lutavam pela “integridade do território pátrio”* (:31). De acordo com a autora, e apesar destes pressupostos – corriam boatos de que as dirigentes – casadas com elementos do governo – apenas defendiam os interesses económicos dos seus maridos em África e que, apelando à coragem e ao patriotismo dos militares tinham uma outra intenção – prolongar uma guerra que lhes era conveniente.

Segundo Sílvia Espírito Santo, Cecília Supico Pinto – a presidente do M.N.F. – *teve sempre a noção destas críticas* (:31). Daí que se desdobrasse em justificações, na televisão, na rádio, nas revistas do Movimento e na imprensa do regime. Na verdade, o apelo às “mães católicas” rendeu 82.000 associadas (:32). Com o apoio do governo e da sua política colonial e, apesar de algumas mensagens – sobretudo no programa Radio Portugal Livre, emitido desde Argel – de que *não era o sangue dos filhos das outras mulheres* que as movia, mas sim a manutenção da qualidade de vida das suas dirigentes (:34), a verdade é que o seu dinamismo fez desenvolver vontades que tiveram um papel muito importante no apoio moral e material dos militares e das suas famílias.

O 3º capítulo aborda as áreas de intervenção deste Movimento. Desde o princípio da sua formação – 28 de abril de 1961, aniversário de Salazar – o M.N.F. organizou-se em secções que valorizavam e rentabilizavam as formações específicas e as competências das suas associadas. No apoio social, destacaram-se a secção de embarque, com a presença das senhoras nas partidas dos contingentes de homens para a guerra e da distribuição de lembranças, de aerogramas e

de cigarros ou na prestação de cuidados médicos aos familiares dos soldados; a secção das Madrinhas de guerra, figura recuperada de outras guerras, que tinha por objetivo dar ânimo aos combatentes, sobretudo através da correspondência trocada; a secção do serviço de acolhimento aos feridos e doentes; a das visitas aos hospitais; a secção de empregos que pretendia reintegrar os militares na vida ativa, depois de concluído o serviço militar, a secção de assistência às famílias, com apoio moral e material; o serviço de urgência que visava responder com rapidez às necessidades mais prementes dos militares e das suas famílias: *atender, encaminhar, solucionar* (:50) os casos mais graves - internamentos, problemas habitacionais, dívidas, miséria; a secção de passagens que contava com a colaboração da Força Aérea e da TAP e que possibilitava passagens gratuitas ou com descontos nas viagens para as ilhas adjacentes e para as províncias ultramarinas.

A 23 de junho de 1961, o M.N.F. propunha a isenção de franquia postal para a correspondência de e para os militares. Os aerogramas tornaram-se, assim, um ex-libris da guerra colonial. *Espaço de partilha de pedaços de vidas, de sonhos, de fantasias e de saudade, significam, ainda hoje, para muitas mulheres portuguesas, o lugar onde guardam a parte de si que, por vezes, já têm dificuldade em reconhecer* (:52).

Outras preocupações passavam também por este Movimento: a escolarização, a criação de bibliotecas, o apoio aos oficiais milicianos, aos capelães; a organização de depósitos de produtos farmacêuticos a serem enviados para as Províncias, o envio de encomendas e de lembranças. O M.N. F. veio também a ter um papel importante na Informação: cabia às mulheres desta organização, participar as baixas e ajudar na resolução de problemas de carácter prático – a transladação dos corpos, a obtenção de pensões, o esclarecimento de dúvidas.

O capítulo IV aborda uma série de iniciativas por elas organizadas que pretendiam, de alguma forma, levar conforto nas ausências. Neste trabalho, a autora refere, entre outras, a Campanha de Natal do Soldado, a Hora Nacional de Trabalho, *uma hora de generosidade, uma hora de solidariedade nacional* (:63), o “Natal das Famílias”, a “Operação sorriso”, as Visitas ao Ultramar ou a “Operação Presença”.

Para que todas estas iniciativas resultassem e

para que as mensagens passassem, a imprensa teve um papel preponderante. Ela é “a memória do Movimento” (:77). É neste sentido que o M.N.F. funda a revista *Presença : os objectivos desta revista pretendiam reproduzir, embora numa escala mais pequena, os princípios sociopolíticos que sempre orientaram a formação da maior parte das mulheres portuguesas, ou seja, a unidade e a coesão como garante da força e da grandeza, primeiro da Pátria e da Família e agora do Movimento* (:78). Outras revistas com objetivos semelhantes foram surgindo: *Guerrilha, Movimento*. O capítulo V termina com memórias de algumas filiadas que, de uma forma global e apesar dos constrangimentos que este tempo esconde, fazem um balanço positivo ao trabalho do M.N.F. *Por isso, se os acontecimentos se repetissem, (...) voltariam a pôr em prática aquilo que a Família, a Pátria e a Igreja lhes ensinaram e guardaram todos estes anos*(:84).

O último capítulo – VI – tem por título “A imagem invertida da guerra” e foca a sua atenção na figura das Madrinhas de Guerra.

A autora começa por apresentar a “história” do conceito, desde a 1ª Guerra Mundial. Era a Madrinha *que apoiava moralmente através de correspondência, do envio de encomendas ou de auxílio à família, um soldado que estivesse na linha da frente* (:85). A ideia subjacente ao conceito de madrinha de guerra pressupunha, assim, *uma intervenção indirecta das mulheres na guerra*(:86). Eram elas que ligavam o militar à paz, à vida, numa missão patriótica igualmente nobre, porque lugares de força para continuarem a lutar. Percebendo esta importância no ânimo dos militares, a criação desta secção foi uma prioridade do Movimento Nacional Feminino.

A credibilidade da sua missão passava muito pelo perfil de “madrinha: *portuguesa, maior de 21 anos, moralmente idónea, com espírito patriótico, (...) confiança na vitória* (...)” (:87). A ela competia distrair o afilhado com cartas diferentes das da família, fortificar-lhe a coragem, torná-lo *psicologicamente mais apto para bem cumprir – e cumprir com satisfação* (:87) a sua missão.

Os pedidos dos militares superavam o número de madrinhas inscritas no Movimento. De acordo com Sílvia Espírito Santo, *Esta carência fez com que uma parte das mulheres inscritas aceitasse dois, três e quatro afilhados (...) havendo mesmo quem tivesse*

cinquenta e até cem afilhados (:88).

Este capítulo, à semelhança de outros, apresenta testemunhos de algumas madrinhas de guerra. Entre outros assuntos, explica que *Frequentemente, mesmo apesar da linguagem formal, respeitosa, de apelo à conformação e ao cumprimento do dever, os afilhados tentavam estabelecer com as madrinhas uma outra relação, uma outra intimidade* (:90). Os sinais eram estes: perguntavam a idade, pediam fotografias, falavam de nada e queriam saber de casa. De acordo com citação de Manuela Pimenta – uma das fontes da autora, *Nas cartas eles nunca me falavam de guerra, só queriam saber das suas famílias ou pedir alguma coisa para elas. Era como se não estivéssemos em guerra*(:90).

Contudo, havia outras Madrinhas, as que não pertenciam ao M.N.F. – *ao contrário do que se passava com as madrinhas do Movimento (...) as cartas (...) descreviam episódios de guerra* (:91), o medo das emboscadas, as solidões do mato.

Apoiada num estudo de António Barreto, e partindo do pressuposto de que *cerca de um milhão de jovens mudou de residência, (...) mudou de vida e mudou de amigos* (:92), a autora explica que estes anos de lutas contribuíram para a socialização de rapazes e raparigas dos anos sessenta e de princípios dos anos setenta.

Progressivamente, de Mãe e de representante feminina de Pátria, as madrinhas foram-se transformando em namoradas. As estratégias dos militares para arranjar outro tipo de correspondentes e fugirem às malhas do M.N.F foram várias: *desde deixarem ao critério do carteiro ou do merceiro da aldeia, até levarem, quando mobilizados, direcções de primas e amigas para a troca* (:92).

Outro meio usado eram os anúncios nas revistas femininas. Estes anúncios deram origem a outras madrinhas de guerra que levavam aos militares a frescura da juventude e falavam de interesses comuns. De acordo com testemunho que a autora cita a páginas 93, *o momento de ler ou escrever as cartas era a nossa evasão, era o momento mais importante do dia*.

A guerra passou, deste modo, a ser falada por outras vozes, a ser entendida pelas mulheres que *viveram a guerra através da correspondência trocada e das palavras que o tempo diluiu ou eternizou* (:100).

Este livro apresenta, assim, o resultado de uma investigação sobre o trabalho das mulheres da guerra, evocadas pelo M.N.F. pelos mitos que a Escola, a Igreja e a Mocidade Portuguesa foram criando: elas são apenas as que cuidam, as que tratam, as que visitam os feridos, os doentes e os desvalidos, elas são as madrinhas de guerra. Segundo a autora, na conclusão do seu trabalho, essas mulheres *podem e devem aparecer ganhando consciência de que são as últimas testemunhas de uma lógica social e de uma concepção de vida cuja memória corre o risco de desaparecer com elas – elas são as suas depositárias.* (:96).

QUINTAL, RAIMUNDO,
POLICARPO, NANCY, 2012,

**BAÍA DO FUNCHAL.
DINÂMICAS NATURAIS E ANTRÓPICAS**

Lisboa, Esfera do Caos Editores, 64 pp.,

ISBN: 978-989-680-076-5.

Filipe dos Santos



A obra em epígrafe, de Raimundo Quintal e Nancy Policarpo (RQ e NP), constitui um breve ensaio sobre uma temática que, por razões que se prendem com eventos desastrosos e intervenções urbanísticas recentes, está na ordem do dia: a baía da capital do arquipélago da Madeira, o Funchal. Profusamente ilustrado, contém fotografias do Photographia – Museu “Vicentes”, de Nélia Susana, Sónia Dória, de um dos autores, RQ, e de Lemos Silva – algumas devidamente legendadas, outras não.

Reproduções de cartografia histórica – datada de 1775 (fig. 3, pp. 24-25), 1804 (fig. 13, p. 39), 1817 (fig. 2, p. 23) e 1910 (fig. 4, p. 26) – são também inseridas no volume, assim como cartografia elaborada com instrumentos recentes, que visa representar: equipamentos hoteleiros no município do Funchal

(fig. 9, p. 31); bacias e rede hidrográficas do mesmo espaço (fig. 12, p. 36); zonas inundadas pelas aluviões de 09-X-1803, 29-X-1993 e 20-II-2010 (fig. 14, p. 41); unidades geomorfológicas e movimentos de massa no litoral (fig. 15, p. 45); áreas protegidas, também no litoral do Funchal (fig. 18, p. 51); e, finalmente, as diferenças da linha de costa na baía entre os anos de 1804 e 2010 (fig. 20, p. 56), 1948 e 2010 (fig. 21, p. 58) e 1967 e 2010 (fig. 22, p. 59).

Esta enumeração visa salientar que o suporte cartográfico, sobretudo aquele que compara, espacialmente, ocorrências e fenómenos semelhantes que tiveram lugar em épocas diferentes – aluviões e mutações da orla costeira –, é com efeito uma das maiores valências do livro.

Na «Nota de Abertura», assinada por José Ma-

nuel Simões, Geógrafo da Universidade de Lisboa, são expostos o contexto e os objectivos que levaram à realização do estudo:

«Impõe-se [...] nas tomadas de decisão política uma maior, mais permanente e consequente ponderação dos estudos e reflexões científicas que se vão levando a cabo nas universidades, de modo a promover uma maior sustentabilidade e qualificação da ocupação do Litoral [...]».

É neste contexto que surge este livro [...], o qual é corolário de pesquisas que levaram a cabo [RQ e NP] no quadro do Projecto *SECOA – Solutions for Environmental Contrasts in Coastal Areas* [...].

Em conformidade com os objectivos do projecto, os autores, utilizando as ferramentas dos sistemas de informação geográfica (SIG), fazem um exercício de sobreposição da cartografia antiga e contemporânea com o objectivo de verificar a evolução da linha de costa na Baía do Funchal nos dois últimos séculos, em resultado das dinâmicas naturais e antrópicas referenciadas, refletindo sobre esta evolução e questionando, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e das boas práticas do ordenamento do território, o desenvolvimento de alguns projectos urbanísticos e infraestruturais que têm vindo a ser implantados ou que estão previstos para a Baía do Funchal.» (p. 11).

Portanto, este livro surge enquanto exercício científico – análise das mutações naturais e levadas a cabo pelo Homem na baía funchalense – e enquanto instrumento de intervenção cívica (o que está em consonância, aliás, com o texto da contracapa).

A «Introdução» elabora em torno da definição de litoral e versa sobre as características do litoral da Madeira, fazendo eco de uma obra, de Orlando Ribeiro – *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico* –, que pode já considerar-se um clássico da geografia – e da ciência, em geral – deste espaço insular.

Em «2. Caracterização da Orla Costeira. Desde a Ponta do Garajau até à foz da Ribeira dos Socorridos antes do povoamento da Ilha da Madeira», RQ e NP transcrevem somente um excerto, de alguma extensão, do *Descobrimento da Ilha da Madeira*, de Jerónimo Dias Leite e datado de finais de Quinhentos, que

contém «preciosa informação sobre a fisionomia do segmento do litoral» (p. 18).

No capítulo imediato, «3. Evolução do Litoral desde o Século XV», os autores transmitem informações de cariz histórico – a par e passo acompanhadas por notas críticas – acerca da orla costeira e da baía e porto do Funchal. No subcapítulo «3.1. Da Ponta do Garajau aos Ilhéus da Pontinha», alguns passos da *Descrição da Ilha da Madeira*, de Paulo Dias de Almeida e datada de 1817, são citados, nos quais é perceptível que este autor «apresentou argumentos contrários à opção de construir o porto do Funchal a partir da ligação dos ilhéus» e, igualmente, «uma localização alternativa para o porto artificial do Funchal» (p. 22). É feita uma resenha do desenvolvimento das obras do porto, desde meados da centúria setecentista, passando pelo derradeiro quartel de Oitocentos – frisando RQ e NP, neste contexto, que os «avisos» de Paulo Dias de Almeida não foram atendidos (p. 27) –, até à década de 60 do século XX. É feita referência aos fenómenos de assoreamento e de aparecimento e desaparecimento de praias, em muito devidos a variadas obras de âmbito portuário e urbanístico, e, muito recentemente, ao efeito – «um depósito de inertes» de grande envergadura (p. 29) – das cheias de 20-II-2010, 21-X-2010, 25-XI-2010 e 20-XII-2010. «Este aterro», aduzem RQ e NP, «com forte impacto negativo no segmento central da baía, é alvo de uma polémica entre o Governo Regional [...] e um sector importante da sociedade madeirense e a Câmara Municipal do Funchal» (p. 30).

No subcapítulo que se segue, «3.2. Dos Ilhéus da Pontinha à Ponta da Cruz», outros informes históricos, desta feita sobre a zona mais ocidental da baía, são apresentados – e outros apontamentos críticos, neste caso contra a ocupação, ou «privatização e [...] artificialização» (p. 32), do espaço litorâneo, por construções hoteleiras, são da mesma forma lançados.

No início de «3.3. Da Ponta da Cruz à Foz da Ribeira dos Socorridos», lê-se que «A construção de infraestruturas na Praia Formosa começou no início do século XX com o pequeno estaleiro naval da empresa Cabrestante» (p. 32). Factualmente, isto não é correcto. Na realidade, já em finais do século XVIII, nessa praia – a de maior extensão da ilha da Madeira –, foi instalada a «Fabrica de Pescaria, e Salinas»,

da *Sociedade de Real Pescaria, e Salinas Insulanas*, de Thomas Edward Watts e sócios. Apesar de não ter sido empreendimento coroado de sucesso, ainda em 1885 o médico Paul Langerhans fez referência aos seus vestígios materiais¹. De qualquer modo, RQ e NP prosseguem, depois, no estabelecimento da cronologia das intervenções humanas nesta zona do litoral, tecendo igualmente críticas a certas fases – e obras – deste processo.

Segue-se o capítulo «4. Influência das Ribeiras na Evolução da Linha de Costa». Os temas examinados são, neste particular, as bacias hidrográficas (definidas como «exorreicas» (p. 36) – termo que obrigava a uma definição por parte dos autores) – e as principais ribeiras do Funchal, em múltiplas vertentes. Daí partem RQ e NP para uma observação das ocorrências desastrosas que constituem uma constante do percurso histórico da Madeira – as aluviões ou, nas palavras dos autores, cheias repentinas (“flash floods”). A análise incide sobretudo no período temporal que vai dos inícios do século XIX até 2011. Neste sentido: salienta-se a cheia de 09-X-1803, a «que provocou mais vítimas mortais» (p. 38); refere-se a «mais grave» cheia do ainda novel século XXI – a de 20-II-2010, como sabemos –; fixa-se a sazonalidade dos eventos; alude-se à maior frequência das cheias; assinala-se o ano de 2010, com cinco cheias, e respectivas consequências. Os autores estabelecem uma relevante problemática de estudo: «Será importante refletir sobre a evolução histórica destas catástrofes, com o objectivo de aferir o peso relativo das causas naturais [...] e a influência antrópica» (p. 40). Uma avaliação comparativa das áreas inundadas pelas cheias repentinas de 09-X-1803, 29-X-1993 e 20-II-2010, escorada numa representação cartográfica (fig. 14, p. 41), permitiu a RQ e NP tirar conclusões relativas às consequências das mesmas cheias.

Em «5. Unidades Geomorfológicas e Movimentos de Massa no Litoral do Funchal», tratam-se das arribas e dos desabamentos e deslizamentos (fenómenos cartografados e exemplificados com fotografias).

No capítulo seguinte, «6. Áreas Protegidas», citam-se a Reserva Natural Parcial do Garajau (criação;

localização e área; objectivo; fauna), a Zona Especial de Conservação do Pináculo (localização; área; flora e fauna e factores de ameaça às mesmas) e o Eco-Parque Marinho do Funchal (que «deverá localizar-se entre a extremidade ocidental do Molhe da Pontinha e a Ponta da Cruz» (p. 55)).

Em «7. Considerações Finais» – e só neste estágio do volume –, os investigadores fazem menção ao uso da «ferramenta Arcgis», que permitiu «um exercício de sobreposição da cartografia antiga e contemporânea com o objectivo de verificar a evolução da linha de costa na Baía do Funchal nos dois últimos séculos» (p. 57) – isto é, entre 1804 e 2010. Os considerandos levam RQ e NP a desaprovar, por diversas razões trazidas à liça, as obras actualmente em curso na baía e no litoral do Funchal, e a propor algumas alternativas.

Uma apreciação global conduz a declarar que, descontando algumas anotações críticas por nós tecidas, este é um relevante ensaio de divulgação científica, sugestivo, com um suporte iconográfico e cartográfico de valor, e que constitui a materialização de uma – ora velada, ora explícita – postura crítica e de intervenção de RQ e NP.

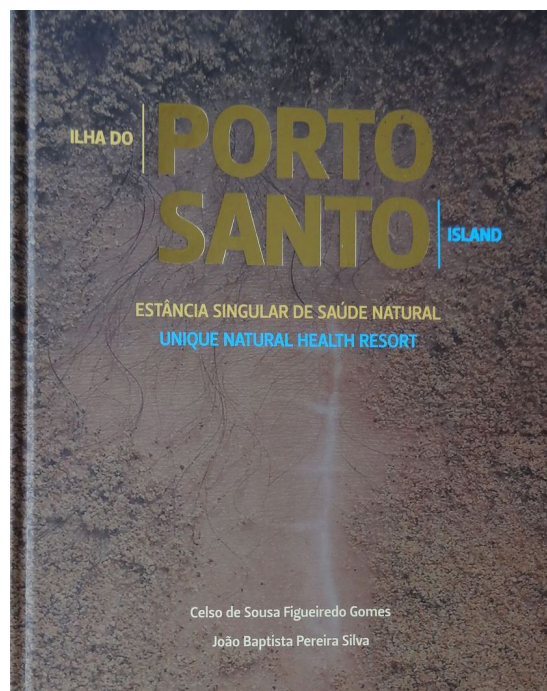
1 SANTOS, Filipe dos, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento*, Colecção TESES, n.º 8, Funchal, CEHA, pp. 102-107.

GOMES, CELSO DE SOUSA FIGUEIREDO,
SILVA, JOÃO BATISTA PEREIRA, 2012

**ILHA DO PORTO SANTO – ESTÂNCIA
SINGULAR DE SAÚDE NATURAL / POR-
TO SANTO ISLAND – UNIQUE NATURAL
HEALTH RESORT**

Funchal, Madeira Rochas –
Divulgações Científicas e Culturais, 240 pp.,
ISBN: 978-972-99004-4-0.

Nélio Pão



Esta obra de Celso Gomes e João Silva, investigadores da Unidade de Investigação GeoBioTec da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sediada na Universidade de Aveiro, e com fotografias de João Batista, Rosa Pena, Celso Gomes, Cristina Sequeira, Paula Aguiar, Virgílio Gomes, Alfredo Rodrigues, Krypton Frederico Vanzeller, Rui Costa, Diogo Caetano, D.R. Hotel Vila Baleira, Instituto de Meteorologia, Jorge Gomes, Nuno Jardim, Pedro Vasconcelos, Photographia Museu Vicentes, Rui Camacho e Teresa Melo, e ilustrada por uma grande quantidade de representações gráficas, cartográficas e esquemáticas, baseia-se em estudos científicos realizados durante 15 anos por uma equipa multi e interdisciplinar de investigadores. Tendo em atenção os recursos geológicos, com destaque para a «areia especial (areia carbonatada biogénica)» e a «argila especial (argila

rica em esmectite)», a água do mar, a água de nascente e também os produtos hortícolas ou frutícolas resultantes de uma agricultura biológica medicinal, em especial os «cultivados nos solos desenvolvidos sobre as areias carbonatadas biogénicas», este escrito afigura-se como um meio de valorização e divulgação dos recursos naturais da Ilha do Porto Santo, e das suas potencialidades como estância de turismo de saúde e bem-estar.

Uma característica importante desta obra é a apresentação de uma tradução sincrónica, em língua inglesa, facto que aumentara o número potencial de leitores e contribuirá para uma maior divulgação da obra e dos seus conteúdos. Salientamos ainda a existência de um glossário (capítulo 13. *Glossário*) com os termos mais usados em naturoterapias baseadas

em minerais, indispensável para o leitor menos familiarizado com a temática e tendo em conta o cariz da obra (assente em investigações científicas).

O livro abre com um *Prólogo* (capítulo 1., pp. 13-21) onde os autores, além dos objectivos da obra transmitem, uma pequena descrição da Ilha do Porto Santo, abordando temas como: localização geográfica (latitude e longitude); área; clima; idade geológica; descoberta; número de habitantes; recursos naturais, entre outros factos relacionados com a riqueza natural ligada à saúde e à história deste espaço.

Os três capítulos seguintes desempenham o papel de introduzir o leitor nas temáticas principais abordadas na obra, fruto das investigações realizadas.

O segundo capítulo, com o nome de *Natureoterapia* (capítulo 2., pp. 23-43), dissecar esta medicina alternativa nos diversos métodos utilizados e que envolvem o uso de meios e processos naturais nos tratamentos de saúde. Os autores dedicam especial atenção às terapias relacionadas com os recursos naturais do Porto Santo, como a hidroterapia – principalmente a crenoterapia –, a terapia da lama e à psamoterapia ou arenoterapia, apresentando as características de cada uma destas práticas e os seus benefícios para a saúde humana.

Com o nome de *Geomedicina e Geologia Médica*, o capítulo terceiro deste livro (capítulo 3., pp. 45-47) esmiuça os conceitos de Geomedicina e Geologia Médica, bem como os seus objectivos, e apresenta o entendimento dos autores, e de outros cientistas, no que diz respeito a estas disciplinas.

O capítulo quatro, *Minerais (sentido lato) e Saúde* (capítulo 4., pp. 49-57), começa por explicar a evolução dos minerais na terra, e relaciona-a com a evolução da vida neste planeta. A história e a relação dos minerais com o homem, como por exemplo o uso para fins medicinais, a carência, a toxicidade e o envenenamento relacionados com os elementos que compõem os minerais são abordados neste capítulo.

Recursos naturais da ilha do Porto Santo (capítulo 5., p. 59-117), é o título do quinto capítulo desta obra, que se encontra subdividido em dez subcapítulos e aprofunda algumas das características da ilha do Porto Santo já mencionadas no *Prólogo*. Começa por mencionar, no subcapítulo 5.1. *Introdução*, as po-

tencialidades dos recursos naturais desta ilha para a promoção turística deste espaço insular e para o desenvolvimento de alguns produtos ligados a um turismo de saúde e bem-estar. No subcapítulo 5.2. *Clima*, caracteriza-se o clima da ilha do Porto Santo.

As características geológicas e geomorfológicas do Porto Santo encontram-se descritas no subcapítulo 5.3. *Geologia e Geomorfologia*. Nestas páginas podemos encontrar um conjunto de mapas e fotografias de suporte às temáticas abordadas.

O subcapítulo 5.4. *Água do Mar* apresenta alguns dos benefícios deste líquido para a saúde humana e caracteriza a água do mar do Porto Santo quanto à temperatura e composição química. Salienta a existência de iodo em locais próximos do mar, a relação deste elemento com a glândula tiróide e a possibilidade da utilização dos banhos de mar como reforço de dietas deficientes em iodo.

Em a *Água de Nascente* – subcapítulo 5.5. – apresentam-se as várias nascentes existentes no Porto Santo, realiza-se uma análise química a 33 amostras de água subterrânea recolhidas nesta ilha, comparadas, quanto aos seus iões dominantes, através de um «diagrama de Piper», *Figura 5.18* (p. 94).

O subcapítulo 5.6. *Caliche ou Calcrete* explica o que são estes depósitos de carbonato de cálcio característicos da ilha do Porto, bem como a sua composição química. Salientamos os dois quadros existentes na página 96, *Quadro 5.5* e *Quadro 5.6*, relativos à composição química de uma amostra de caliche.

O subcapítulo 5.7. *Grés de Praia ou Lajedo*, descreve a origem deste tipo de formação rochosa e alguns dos locais onde podem ser encontrados no Porto Santo.

O subcapítulo 5.8. *Fósseis de Moluscos Terrestre* concentra-se na existência de inúmeras espécies de caracóis no Porto Santo, muitas delas endémicas desta ilha e dos ilhéus adjacentes. Relata-se que a maioria das espécies foi «descrita e classificada pelo padre inglês R. T. Lowe» (p.100), apresentando a *Idiomela suplicata* como uma das mais características deste espaço insular.

Em o *Património Geológico, Geossítios e Geomonumentos* – nome do subcapítulo 5.9. – apresentam-se e caracterizam-se quatro locais («O Porto Santo visto do Miradouro da Portela», «Bentonite ou

“salão” da Serra de Dentro e as casas de “salão”, «Dunas fósseis de areia carbonatada biogénica na secção Fonte da Areia-Covas» e «Pico da Ana Ferreira») na ilha do Porto Santo, os mais «significativos e interessantes» relativamente às geopaisagens, para a observação de geossítios e geomonumentos da ilha.

O subcapítulo 5.10. *Património Histórico e Cultural* apresenta um pouco da história do Porto Santo, como por exemplo a sua descoberta no ano de 1418 e a ligação de Cristóvão Colombo à ilha, e enumera algum do património arquitetónico.

O capítulo 6. *Minerais (Sentido restrito) e Saúde* (pp. 119-137), dedicado às areias especiais existentes no Porto Santo, mais concretamente às areias carbonatadas biogénicas, apresenta algumas doenças do foro músculo-esquelético, tais como artrite reumatoide, osteoporose e fibromialgia, e refere os benefícios dos banhos neste tipo de areias para o estado de saúde de doentes com estas patologias. Os autores assinalam a importância da associação desta prática a outras rotinas como um exercício físico adequado, uma dieta equilibrada e um descanso e sono apropriados, de forma a maximizar os benefícios destes banhos para a saúde humana. A caracterização física e química da areia carbonatada biogénica, e a interação com o corpo humano, como por exemplo a troca de iões, são também abordadas neste capítulo.

O capítulo 7. *Argilas especiais* (pp. 139-191), como referem os autores, começa por apresentar «informação básica geral relativa à tipologia, nomenclatura, propriedades, funções e aplicações da argila quando utilizada como agente terapêutico e cosmético» (p. 139) (subcapítulos 7.1. *Informação Básica Sobre o Uso de Argila em Geomedicina*, 7.2. *Propriedades Relevantes da Argila para Aplicações em Balneoterapia Dermofarmácia e Dermocosmética*, 7.3. *Tipologia e Nomenclatura de Lamas e Peloides Naturais*, 7.4. *Maturação e Recomposição de Peloides*, 7.5. *Função e Aplicação de Peloides*, e 7.6. *Lamas e Peloides em Portugal*), e seguidamente a «descrição das ocorrências, propriedades, e aplicações das argilas especiais do Porto Santo», (subcapítulo 7.7. *Argilas Medicinais e Cosméticas do Porto Santo*). Realçamos a apresentação das características granulométricas, mineralógicas e químicas da «Argila Esmeclítica-Ilílica» e da «Argila Esmeclítica (Bentonite)».

A *Agricultura Biológica e Medicinal* – nome do

capítulo 8. (pp. 193-197) – apresenta resultados das análises químicas realizadas a alguns produtos cultivados em «solos desenvolvidos sobre areias carbonatadas biogénicas do Porto Santo», e compara-as com as mesmas variedades cultivadas em solos arenosos e calcários em Portugal continental. Estas análises revelam teores de cálcio, magnésio e estrôncio mais elevados nos vegetais e frutas cultivados no Porto Santo. Os autores asseveram a importância da incorporação destes alimentos nas terapias.

O capítulo 9. *Geoprodutos do Porto Santo para Dermocosmética e Dermofarmácia* (pp. 199-207), aborda as várias aplicações dos geoprodutos do Porto Santo para uso em Dermocosmética e Dermofarmácia, como por exemplo em protectores solares, cremes esfoliantes, cremes anticelulíticos, e máscaras faciais de limpeza e clareadoras. Os autores referem ter desenvolvido, «nos últimos cinco anos», investigações «tendo como objectivo a preparação de formulações em que têm sido incorporados alguns recursos minerais do porto Santo, tais como areia carbonatada biogénica e argila esmeclítica (bentonite)» (p. 204). Assinalamos também a presença, neste capítulo, de reproduções de capas de publicações onde os resultados das investigações têm sido publicados.

O capítulo 10. *Epílogo* (pp. 209-213) refere, uma vez mais, as potencialidades dos recursos naturais do Porto Santo para o desenvolvimento de um turismo de saúde e bem-estar. Afirmar a necessidade de legislação adequada para um desenvolvimento sustentável desta actividade e para a preservação dos recursos naturais da ilha, e lança algumas notas relativamente aos requisitos que as instalações de turismo de saúde e bem-estar devem satisfazer. Expõe que aos dados apresentados no livro abrem «caminho à possibilidade de criação na ilha de pelo menos uma pequena empresa com competência técnica e científica própria ou convencionada para obter as licenças competentes para extracção e preparação de modo ambientalmente adequado dos pequenos volumes dos recursos naturais interessantes para as aplicações apontadas e descritas» (p. 212). Refere que essa empresa poderia ficar responsável pela comercialização dos produtos baseados ou derivados dos recursos naturais do Porto Santo, e envolver-se na agricultura biológica de frutas e vegetais realizada em calcissolos desenvolvidos sobre os depósitos de

areia carbonatada biogénica.

O volume termina com os capítulos: 11. *Agradecimentos* (p 215); 12. *Referências* (pp. 217-225); 13. *Glossário* (pp. 227-237); e 14. *Apoios* (p. 239).

Este livro encontra-se profusamente ilustrado com fotografias, algumas das paisagens e dos recursos naturais do Porto Santo, e outras relativas às práticas de naturoterapia, presentes em praticamente todas as páginas, e que contribuem fortemente para o enriquecimento da obra como meio de divulgação deste espaço insular. Destacamos também os excelentes recursos cartográficos, gráficos e esquemáticos baseados nas investigações realizadas, e com informação específica relativamente à geologia, geografia, clima, física e química dos materiais entre outra. Para concluir, consideramos que esta obra, baseada nas investigações científicas dos autores e de outros colaboradores, preenche, no cômputo geral, o propósito para que foi realizada, sendo, sem dúvida, uma mais valia para o conhecimento e divulgação dos recursos naturais da ilha do Porto Santo e das suas potencialidades para o desenvolvimento sustentável de um turismo de saúde e de bem-estar.